

PORTARIA Nº 17, DE 12 DE MARÇO DE 2026.

**APROVA O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PASSIVO
JUDICIAL DO IPREVITA E ESTABELECE
PROCEDIMENTOS DE MONITORAMENTO.**

A Diretoria Executiva do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itapemirim, ES, nomeada na forma da lei pelo Decreto nº 20.032/2023, no uso de suas atribuições legais; e,

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, transparência, eficiência e governança que regem a administração pública e a gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento sistemático das demandas judiciais capazes de gerar impacto financeiro, orçamentário e atuarial ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itapemirim;

CONSIDERANDO as diretrizes e boas práticas de governança estabelecidas no Programa Pró-Gestão RPPS, que recomendam o monitoramento permanente do passivo judicial como instrumento de gestão de riscos institucionais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Avaliação do Passivo Judicial do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itapemirim, ES (IPREVITA), constante do Anexo Único desta Portaria, contendo o levantamento e a classificação das ações judiciais em que o IPREVITA figura como parte.

Art. 2º O relatório tem por finalidade:

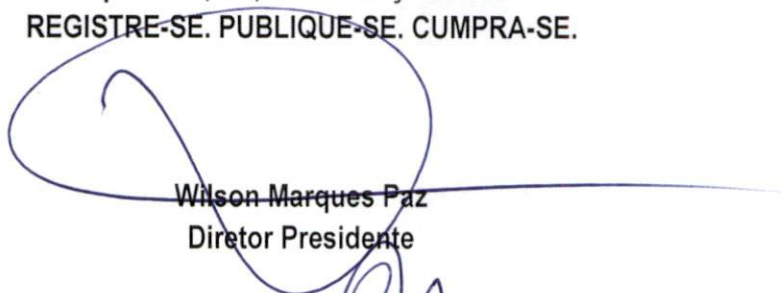
- I – Identificar e monitorar as demandas judiciais em andamento contra o Instituto;
- II – Avaliar a probabilidade de saída de recursos financeiros decorrentes de decisões judiciais;
- III – Subsidiar a gestão administrativa, financeira e atuarial do RPPS;
- IV – Atender às exigências de governança previstas no Programa Pró-Gestão RPPS.

Art. 3º A Diretoria Executiva manterá acompanhamento periódico do passivo judicial, promovendo a atualização anual do relatório, ou sempre que houver alterações relevantes.

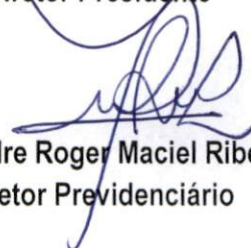
Art. 4º O relatório poderá ser encaminhado para ciência do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, como instrumento de transparência e governança previdenciária.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


Itapemirim, ES, 12 de março de 2026.
REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.



Wilson Marques Paz
Diretor Presidente



Alexandre Roger Maciel Ribeiro
Diretor Previdenciário



Ruires Almeida Silva
Diretor Administrativo Financeiro

ANEXO ÚNICO
DA PORTARIA Nº 17, DE 12 DE MARÇO DE 2026.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PASSIVO JUDICIAL

1. Objetivo

O presente relatório tem por objetivo apresentar o levantamento e a avaliação do passivo judicial do IPREVITA, em conformidade com as boas práticas de governança, transparência e gestão de riscos estabelecidas pelo Programa Pró-Gestão RPPS.

O documento visa possibilitar o monitoramento institucional das ações judiciais, permitindo à administração avaliar eventuais impactos financeiros, orçamentários e atuariais decorrentes de decisões judiciais.

2. Situação Atual do Passivo Judicial

Atualmente, existem 24 (vinte e quatro) processos judiciais em tramitação em que o IPREVITA figura como parte.

Esses processos foram classificados de acordo com a probabilidade de saída de recursos, considerando o estágio processual e a análise jurídica.

Processo	Tipo de Ação	Probabilidade de Saída de Recursos	Estimativa de Valor
0003246-68.2016	Aposentadoria / pensão por morte	Provável	Ilíquido
0003344-53.2016	Aposentadoria / pensão por morte	Provável	Ilíquido
0003241-46.2016	Transformação aposentadoria em pensão	Provável	Ilíquido
0003247-53.2016	Transformação aposentadoria em pensão	Provável	Ilíquido
5009738-54.2025	Pensão por morte	Provável	Ilíquido
0002452-76.2018	Revisão aposentadoria / danos morais	Pouco provável	Ilíquido
0001968-27.2019	Revisão aposentadoria – precatório	Provável	R\$ 19.627,75
0003237-04.2019	Aposentadoria por invalidez	Provável	Ilíquido



Processo	Tipo de Ação	Probabilidade de Saída de Recursos	Estimativa de Valor
0001641-48.2020	Pensão por morte – tutela antecipada	Provável	Estimado em 3 meses de benefício
0003820-86.2019	Aposentadoria – tutela provisória	Provável	Ilíquido
0000484-40.2020	Aposentadoria especial / abono permanência	Pouco provável	Ilíquido
0003097-67.2019	Pensão por morte – tutela provisória	Provável	R\$ 276.726,16
0001113-14.2020	Revisão pensão por morte	Pouco provável	Ilíquido
5000707-05.2020	Aposentadoria por invalidez	Pouco provável	Ilíquido
50000433-07.2021	Aposentadoria	Pouco provável	Ilíquido
5000637-51.2021	Aposentadoria	Pouco provável	Ilíquido
5000467-79.2021	Aposentadoria	Pouco provável	Ilíquido
5000764-81.2024	Aposentadoria especial – cumprimento sentença	Provável	R\$ 39.100,01
5002066-48.2024	Despejo / acordo extrajudicial	Provável	R\$ 1.500,00
5003581-21.2024	Pensão por morte – cumprimento sentença	Provável	R\$ 155.191,03
5003189-18.2023	Licença prêmio / gratificação	Pouco provável	Ilíquido
5003790-53.2025	Revisão aposentadoria	Pouco provável	Ilíquido
5004163-84.2025	Auxílio-doença / aposentadoria invalidez	Provável	Ilíquido
5001819-33.2025	Ação declaratória / repetição indébito	Provável	Ilíquido

3. Síntese do Passivo Judicial

Classificação	Quantidade
Processos com probabilidade Provável	14
Processos Pouco Prováveis	10
Total de processos	24

Processos com valores já estimados totalizam aproximadamente: R\$ 492.144,95
Ressalta-se que grande parte das demandas possui valor ilíquido, dependendo de futura liquidação judicial.

4. Avaliação de Riscos

A existência de passivo judicial pode gerar impactos relevantes na gestão do RPPS, tais como:

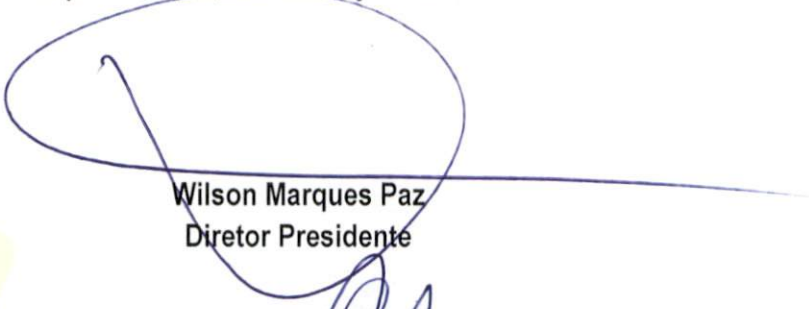
- impacto financeiro decorrente de condenações judiciais;
- reflexos atuariais decorrentes da concessão ou revisão de benefícios previdenciários;
- necessidade de previsão orçamentária para pagamento de decisões judiciais;
- riscos administrativos decorrentes da interpretação normativa aplicada aos benefícios.

5. Monitoramento

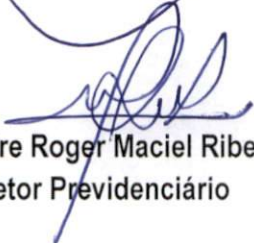
O IPREVITA manterá acompanhamento permanente das ações judiciais, mediante:

- acompanhamento processual pela assessoria jurídica;
- atualização periódica do levantamento de processos;
- comunicação à Diretoria Executiva;
- adoção de medidas administrativas visando mitigar riscos jurídicos.

Itapemirim, ES, 12 de março de 2026.



Wilson Marques Paz
Diretor Presidente



Alexandre Roger Maciel Ribeiro
Diretor Previdenciário



Ruiery Almeida Silva
Diretor Administrativo Financeiro